

6.

Conclusão

A presente pesquisa teve três objetivos. Primeiro, buscamos compreender de que maneira a internacionalização de empresas brasileiras está vinculada à expansão e aprofundamento das relações do Brasil com outros países e regiões "do Sul" e, por sua vez, ao crescente papel internacional do país nas instâncias de concerto e decisão global. Mostramos, no capítulo 2, que o Brasil vem se consolidando como um investidor internacional. Estudos e debates sobre empresas multinacionais de países em desenvolvimento ganharam maior peso em meados da década de 2000, com o crescente fluxo de investimentos Sul-Sul. Nessa década, a América Latina se consolidou tanto como receptora de investimento estrangeiro, quanto como investidora internacional, sendo a própria região o principal território de aquisições das "translatinas". A crise econômica nos EUA e na Europa, iniciada em 2007, levou a uma relativa diminuição do papel dos países centrais no fluxo global frente ao aumento dos investimentos provenientes de países em desenvolvimento, que representaram, em 2010, 30% do IED global.

O investimento brasileiro no exterior, apesar de ser, ainda, inferior ao IED de países asiáticos, mostra uma tendência crescente. Como parte das "translatinas", ele passou por diferentes fases de internacionalização, tendo seu início nos anos 1960 e 70, com relativo refluxo na década de 1980, sendo retomado nos anos 1990, quando a internacionalização esteve associada aos preceitos neoliberais, no sentido da abertura das economias à concorrência internacional e as privatizações das principais empresas públicas. Os dados do Banco Central mostram a consolidação de um processo acelerado de internacionalização de empresas brasileiras ao longo dos anos 2000. Na segunda metade da referida década, pesquisas de fundações próximas ao meio empresarial confirmaram a procura do mercado externo pelas grandes empresas brasileiras, motivadas, entre outros, pela busca por novos mercados, pelo aumento da competitividade, pelo aumento de ativos, por recursos, etc. A partir de 2003, com

o governo Lula, tem início, no Brasil, uma nova (quarta) fase de internacionalização, que é marcada pelo papel decisivo das políticas públicas e do crédito direto.

Tratamos, no capítulo 3, das políticas públicas de apoio às multinacionais brasileiras, mostrando os diferentes atores, projetos e políticas que viabilizam a expansão dessas empresas para outros países e regiões do Sul. Mostramos que o BNDES desempenhou papel fundamental, ao criar uma linha de crédito específica para apoiar projetos envolvendo empresas brasileiras no exterior. O Banco teve expressivo volume de empréstimos (sendo maior que o próprio BID e o Banco Mundial), consolidando-se na região sul-americana como o principal financiador de projetos de infraestrutura envolvendo multinacionais sediadas no Brasil. Estrategicamente, ele visa a apoiar a formação de "campeãs nacionais": grandes grupos e conglomerados que ocupam expressiva fatia do mercado doméstico e tenham capacidade de competir no mercado global no mesmo patamar que multinacionais consolidadas. Ademais da concessão de créditos para fusões e aquisições e para projetos fora do país, o Banco adquire ações, participando, assim, diretamente, de empresas por meio de sua holding BNDESPar. O próprio Banco passa atualmente por um processo de internacionalização, com a abertura de filiais em Montevidéu e em Londres.

Desse modo, o BNDES se tornou, também, um ator da política externa brasileira, juntamente com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MiDIC), a Agência Brasileira de Exportação e Investimento (APEX), a Câmara de Comércio Exterior, as próprias empresas, além do Itamaraty (e, como parte dele, a Agência Brasileira de Cooperação). Com o governo Lula, o país diversificou suas relações políticas e comerciais, aprofundando e expandindo as relações com os países da América Latina, Caribe, África e Oriente Médio. Na América do Sul, principal território de expansão de empresas brasileiras, o país impulsionou novas instituições da integração, além das econômicas, ademais de apresentar-se como um parceiro "solidário" e "generoso" com os países menores, e atuar como um "estabilizador" de crises políticas na região. Esse papel também se estendeu para a América Central e Caribe (onde o Brasil lidera a missão de paz no Haiti), reforçando suas relações por meio da "cooperação para o

desenvolvimento", que teve as áreas de infraestrutura e energia como importantes pilares. O Brasil passou a ser um doador, e não mais um receptor de cooperação internacional, impactando também as relações com a África. Nesse continente, a Fiocruz (na área de saúde) e a Embrapa (na área de agricultura e etanol) têm importante papel, inclusive com escritórios locais. A África ganhou relevância sem precedentes para a política externa brasileira, assim como as relações com países do Oriente Médio, por onde passaram diversas missões empresariais do governo, além de abertura de escritórios da APEX e novas embaixadas. Todas essas políticas, projetos e atores formaram vias facilitadoras da expansão de empresas multinacionais brasileiras.

Demonstramos, assim, que o projeto econômico (a expansão das empresas e grupos multinacionais com sede no Brasil) está integrado ao projeto político (o de ser uma potência). A expansão internacional de empresas com sede no país é resultado tanto da formação de monopólios no mercado doméstico (não esgotando suas possibilidades de acumulação), quanto de políticas públicas proativas, que objetivam a melhor inserção do país no marco da competição capitalista global. Ambos são ligados a uma reconfiguração da ordem mundial, em que os países chamados "emergentes" têm buscado maior capacidade de ação e incidência nas instâncias de decisão mundial, em um processo que se acelerou após o início da crise econômica, a partir de 2008.

O debate sobre empresas multinacionais de "países emergentes" se reflete no debate sobre multinacionais brasileiras. Inicialmente, mostrou-se um dilema entre internacionalizar para aumentar a capacidade de competição *versus* priorizar os investimentos no plano doméstico. Para os pesquisadores apresentados nessa tese, este dilema, numa economia aberta e liberalizada, está, hoje, resolvido: a internacionalização torna-se um imperativo, sinalizando um novo "estágio" de desenvolvimento. Ela traria, segundo essa interpretação, benefícios ao país como um todo, no sentido da maior entrada de divisas por meio da repatriação e aumento das exportações, acesso a novas tecnologias, acesso a recursos e mercados, aumento da competitividade da economia nacional frente à globalização e à integração de mercados e aumento da qualidade do emprego. No entanto, esse debate oculta reflexões mais abrangentes e profundas sobre o próprio

modelo de desenvolvimento (e seus padrões ambientais, sociais e trabalhistas) ao qual o Brasil está submetido, ao mesmo tempo em que submete seus vizinhos e outros.

Com isso, o segundo objetivo foi lançar luz a elementos, fatores e sujeitos excluídos das análises convencionais, que estão limitadas a aspectos quase exclusivamente econômicos. Partindo de uma perspectiva "de baixo para cima", e tendo o complexo Estado/sociedade como unidade de análise, problematizamos o processo de expansão do capital sediado no Brasil nos seus diferentes impactos e conflitos com comunidades, trabalhadores e meio ambiente, ou seja, considerando a exploração das duas principais fontes de riqueza do capital: o trabalho e a natureza.

Nos capítulos 2 e 3, argumentamos que a internacionalização de empresas brasileiras não é somente um consenso (em torno do aumento da competitividade do país), mas também conflito, dentro e fora do Brasil. A expansão internacional das empresas de engenharia, da Petrobras e da Vale mostraram diferentes impactos negativos nos territórios e nas relações com trabalhadores e governos locais. Ressaltamos, também, que projetos financiados pelo BNDES a empresas e setores com alta vulnerabilidade social e ambiental, têm gerado impactos e conflitos. Assim, consideramos ser necessário debater de forma ampla e democrática as políticas públicas de apoio à internacionalização das empresas, considerando, principalmente, as classes sociais que vivem do trabalho nos seus territórios.

Acreditamos que qualquer estudo ou análise que pretenda averiguar as vantagens do aumento do fluxo de investimentos Sul-Sul, e do aumento de participação de países em desenvolvimento na economia global, precisa, necessariamente, olhar de frente (enfrentar) a situação vivenciada por essas populações que vivem de seu trabalho, que têm nos territórios sua fonte de subsistência, que são expropriadas de seus direitos, como o direito de viver em um ambiente saudável e com saúde, de ter moradias dignas, de manter suas formas de cultura e vida, de ter condições de trabalho dignas e respeitadas - enfim, a condição social de vida do povo nas periferias das cidades, no campo e nas

florestas. Aqueles formuladores e executores de políticas públicas que objetivam um "Brasil do futuro", um país que iniciou sua "decolagem" rumo a um novo patamar na ordem mundial, não podem considerar os direitos humanos (em seu sentido amplo) obstáculos ao desenvolvimento. Que tipo de crescimento e desenvolvimento está sendo criado? Que consequências traz para os trabalhadores no Brasil e fora? A que e a quem beneficia o modelo de desenvolvimento levado a cabo no Brasil e transferido, a partir da atuação internacional brasileira, para outros países do Sul? – estes questionamentos permearam o trabalho.

Apontamos que a convergência de interesses e de atuação entre capital e Estado coloca, muitas vezes, os interesses das empresas como interesse “do Brasil”, mesclando a noção de “interesse nacional” com o papel das empresas no senso comum da sociedade. Os interesses particulares são, assim, representados como universais. Nos casos da Vale e da Petrobras, as empresas usam símbolos e cores nacionais, mesclando sua identidade corporativa à do país. Mecanismos de marketing, “ações sociais” e formação de conhecimento e informação apoiam a construção de um mito das empresas como motores do desenvolvimento, formando um consenso em torno de seu papel e o papel do Estado, incidindo sobre o senso comum popular. A dinâmica relação entre capital e Estado gera, portanto, um complexo “quebra-cabeça” que mescla interesses públicos e privados. Tal “quebra-cabeça” toca no profundo dilema entre ser “explorador” e “explorado”, nem centro nem periferia.

O terceiro objetivo foi refletir sobre o campo teórico e suas consequências para as lutas sociais e políticas. O capítulo 1 situou o tema no campo das Relações Internacionais, apresentando o debate sobre mudanças na ordem mundial com o relativo declínio do poder dos EUA e a ascensão de países chamados "emergentes", como a China, Índia, e também o Brasil. Apresentamos três posições: visões que não contemplam transformações, mas sim ajustes e acomodações dentro da ordem existente sob dominação dos EUA (especialmente os realistas e institucionalistas), aqueles autores para os quais estamos vivenciando uma conjuntura de mudança e declínio da hegemonia estadunidense em direção a uma ordem plural, com um possível deslocamento do centro de poder e acumulação de capital para o Leste Asiático (posição sustentada por

alguns teóricos críticos e marxistas), e, por fim, aqueles que afirmam que a expansão global do capital estadunidense é reproduzida pelos países emergentes como a China, levando a que sua ascensão se situe dentro da própria estrutura de poder capitalista estadunidense. Oferecemos, assim, alguns elementos teóricos para a reflexão mais aprofundada sobre processos de mudança na ordem mundial.

No capítulo 4, aprofundamos a leitura sobre os conceitos de imperialismo e hegemonia, e o debate marxista e crítico sobre a relação capital-Estado, trazendo, quando possível, os elementos empíricos suscitados nos capítulos 2 e 3. Partindo, assim, de constatações e elementos empíricos, objetivamos desenvolver uma reflexão acerca de conceitos que caracterizam relações de poder e dominação na esfera internacional, buscando averiguar de que maneira as teorias existentes sobre hegemonia e imperialismo são apropriadas, ou necessitam ser reformuladas e renovadas diante das novas dinâmicas nesta fase atual do capitalismo.

Consideramos que os conceitos de imperialismo e hegemonia são dinâmicos, seu conteúdo deve ser considerado em relação à realidade social concreta em determinado período histórico. Muitos de seus elementos refletem o caso do Brasil, conforme já apontamos: o papel das empresas multinacionais na construção de uma posição de poder internacional; a liderança moral com concessões materiais aos subordinados, de modo que estes concedam ao projeto hegemônico, o percebendo como sendo de seu próprio interesse; o papel do Estado como organizador do campo jurídico e político para a acumulação capitalista; diferentes mecanismos e instrumentos de universalização de interesses particulares, no sentido da construção de um consenso hegemônico; o papel dos monopólios e capital financeiro, resultado hoje da concentração e centralização de capital em níveis gigantescos, gerando as condições para a exportação de capital; a desvalorização e absorção do capital excedente, gerando um deslocamento espaço-temporal por meio de investimentos em infraestrutura física, financiados através de créditos públicos; o imperialismo como um movimento simultâneo de expansão do capital para fora e o aprofundamento das relações capitalistas para dentro. Embora essas teorias abarquem uma grande parte das diferentes experiências e formas históricas de dominação, elas não são suficientes para compreender a atual realidade política.

A atual realidade política desafia, por exemplo, o preceito da recorrência de guerras sistêmicas para uma alteração do centro global de poder. Ela também pode desafiar a própria noção da necessidade de ser uma potência militar para se tornar, também, uma potência político-econômica. A maior parte das teorias sobre imperialismo e hegemonia, que geralmente tratam (de forma implícita ou explícita) da dominação Norte-Sul, ou da dominação global dos EUA (inclusive sobre as outras potências ocidentais, como no caso de Poulantzas e Panitch/Gindin) tampouco logram abarcar as formas de dominação de países periféricos sobre outros países "do Sul", o que implica compreender uma peculiar combinação entre dependência e imperialismo. Um dos poucos que logrou essa compreensão, Rui Mauro Marini, desenvolveu o conceito do sub-imperialismo na década de 1970. Além de Marini, outros trabalharam o mesmo conceito para os casos da Índia, África do Sul, e outros¹. Fontes buscou compreender as condições atuais do imperialismo em um processo mais amplo, o capital-imperialismo. Este implicou novas formas de dominação e expropriações, que ultrapassaram o escopo do próprio capital estadunidense, desenvolvendo tendências capital-imperialistas nos países intermediários como o Brasil, significando um papel não mais subordinado do país na estrutura mundial de acumulação do capital.

Consideramos que o conjunto dos países BRICS não configura, na atual conjuntura, um bloco "anti-imperialista" ou "contra hegemônico", uma vez que eles visam a ascender dentro da ordem capitalista, por meio de um "balanceamento brando" nas instituições e fóruns de decisão global, sem alterá-los substancialmente. Se, por este meio, eles reforçam o próprio poder estadunidense, conforme concluíram realistas e marxistas, não é possível dizer. Abordagens institucionalistas têm, por sua vez, poder explicativo para um momento *conjuntural*, mas não podem compreender o conjunto das relações sociais e sujeitos, que possam apontar para uma mudança estrutural. Já os teóricos críticos e marxistas que preveem o declínio do poder americano e o início de um ciclo hegemônico na China, com características distintas do atual capitalismo, buscam

¹ Um estudo abrangente sobre o conceito de sub-imperialismo foi recentemente realizado por Mathias Luce em sua tese de doutorado *A Teoria do Subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A História de uma categoria*, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

compreender mudanças estruturais, no entanto, se adiantam demais em "previsões", que não puderam ser comprovadas no marco desse trabalho. Aqui, procuramos mostrar tendências em um processo que, por ser contraditório e paradoxal, pode se reverter.

Concluimos, assim, que o Brasil, apesar de ocupar um lugar dependente na estrutura produtiva, tecnológica e financeira global, também ocupa (assim como os demais BRICS) um lugar cada vez mais importante na estrutura global de reprodução expandida do capital. Ele produz, a seu modo peculiar, uma lógica imperialista, caracterizada por relações de dominação político-econômica com outros países e povos, exercendo a contínua exploração da classe trabalhadora, dentro e para fora de suas fronteiras. O Brasil ocupa, assim, uma posição paradoxal, sendo ao mesmo tempo "explorador" e "explorado", um país subordinado, ao mesmo tempo em que subordina outros. Mecanismos tais como programas de cooperação e "ajuda ao desenvolvimento" a outros países "do Sul", podem potencializar as condições de construção de um consenso hegemônico (no sentido de concessões parciais, de modo a obter o consentimento dos países/classes subordinados, legitimando sua posição de poder) ou uma "política sub-imperialista" do Brasil frente a esses outros países e regiões periféricas. Todavia, a tendência imperialista do Brasil (e demais BRICS) não está livre de contra tendências, sejam elas as resistências e lutas sociais e/ou os constrangimentos estruturais impostos nas relações com os mais poderosos no sistema.

A presente pesquisa não teve a ambição de avançar no campo teórico, desenvolvendo um modelo teórico que pudesse abranger a combinação peculiar entre dependência e imperialismo sob as atuais condições de mudança na ordem mundial. Deixamos aqui um importante tema para uma agenda de pesquisa. Outra agenda relevante é avançar em um estudo minucioso sobre o aumento dos investimentos de empresas dos "países emergentes" e do Brasil nos países do Norte. Trouxemos, neste trabalho, o exemplo do conflito da mineradora Vale com os trabalhadores no Canadá. Empresas brasileiras avançam significativamente nos EUA, como ocorre com os frigoríficos JBS-Friboi e Marfrig, além da Odebrecht e outras empresas de construção. A crise econômica na União Europeia tende a

abrir espaço para a disputa de mercado por multinacionais "emergentes". Em que medida esses Estados estão atuando para "proteger" os ativos de empresas neles sediadas ou, ao contrário, em que medidas eles buscam facilitar a entrada de capital advindo dos "países emergentes"? O avanço do capital chinês (e outros) nos EUA e na Europa pode acelerar o aumento de poder político desse(s) país(es) frente às potências tradicionais? Essa problemática não pode ser abordada no escopo deste trabalho, porém, é um importante passo para completar a pesquisa empírica aqui realizada. Outro tema relevante é o estudo sobre as ações de "responsabilidade social corporativa" de empresas brasileiras no exterior. Interessa-nos investigar quais são as formas e vias de formação do consenso social nos territórios, onde se encontram os projetos realizados por essas empresas, de modo a viabilizar a construção de uma hegemonia nas sociedades receptoras do investimento brasileiro. Já existem estudos aprofundados sobre os aparelhos privados de hegemonia e a formação do consenso hegemônico junto às camadas pobres e à classe trabalhadora no Brasil. A mescla entre público e privado apoia a representação dos interesses particulares das empresas como interesses gerais da sociedade. De que maneira isso é construído fora do Brasil, junto à sociedade e à classe trabalhadora em outros países nos quais atuam as empresas brasileiras? Essa questão pode incitar também uma continuação desta pesquisa.

Entendemos que há alternativas ao modelo de desenvolvimento capitalista hoje vigente. Recusamos a noção de que haveria somente uma via de desenvolvimento, se quisermos alcançar os países atualmente desenvolvidos. Consideramos que estamos diante de um duplo desafio: de um lado, os enfrentamentos diretos de trabalhadores, comunidades e populações locais afetadas em torno de projetos que são destruidores de seus meios de vida, de trabalho, e de outro, o desafio no campo do imaginário, no sentido de superação da ideia de que somos maiores e mais desenvolvidos que nossos vizinhos sul-americanos, ou que os africanos, ao mesmo tempo em que precisamos percorrer as mesmas vias do desenvolvimento capitalista europeu ou estadunidense. O esforço de crescimento do Brasil é um esforço da classe trabalhadora. Advêm do trabalho da população a geração do valor, que se torna lucro para os atores econômicos, e fonte de recursos para o Estado. Entendemos que essa riqueza e esses recursos, ao

serem transferidos para os bancos, as corporações e as instituições financeiras internacionais, estão sendo usados de forma perversa, contra os interesses de justiça social, trabalhista e ambiental da classe trabalhadora.